

Centrão quer uma Constituição prática

ASSIS ANGELO
CARLOS ALBERTO BALISTA

"O papel histórico do Centrão é viabilizar um texto constitucional moderno, capaz de promover avanços concretos para os trabalhadores, consolidar a democracia e permitir que a livre iniciativa, através da economia de mercado, ajude a viabilizar o País. Se não pudermos elaborar o projeto de nossos sonhos, tentaremos aprovar uma Carta que reflita o perfil moderado da sociedade brasileira. É importante que não se fique apenas discutindo questões ideológicas e sim medidas de bom senso, pragmáticas, para que a futura Constituição não arrase a economia nacional."

A definição é do deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA) sobre o grupo suprapartidário que ameaça a hegemonia, até agora, da Comissão de Sistematização na Assembleia Nacional Constituinte. A Constituição que o Centrão pretende "representará avanços concretos no campo social, mas que possam ser sustentados concretamente pela economia nacional, sem populismo e sem demagogia, através de um texto mais enxuto, mais compreensível e mais permanente, deixando para a legislação ordinária tratar com o necessário detalhamento todos aspectos que possam ser facilmente modificados dentro do conjunto", explica Eraldo Tinoco (PFL-BA).

Nesta busca, o grupo atuou com unidade — e continua "coeso", segundo o deputado Gastone Righi (PTB-SP) — porque é "um movimento não convencional em termos de ação política, pois os partidos ficaram em posição secundária quando cada constituinte se sentiu possuidor de um mandato que independe da ação partidária", observou o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP).

Para evitar os confrontos internos existe uma espécie de acordo de cavalheiros no Centrão, onde sistema de governo ou a duração do mandato do presidente José Sarney são assuntos proibidos, revelou o deputado Ricardo Izar (PFL-SP). "Entre nós existem presidencialistas, parlamentaristas, defensores de quatro e cinco anos para Sarney. Para mantermos nossas firmezas e evitar divisões, nossas emendas coletivas não tocarão no mandato do presidente ou no sistema de governo." Nesta estratégia tiveram que restringir as emendas para "onde a maioria converge", diz o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG).

ESTABILIDADE

As críticas que o agrupamento recebe da esquerda, que os acusa de "ti-

rar as conquistas populares da Constituição", são prontamente rebatidas e por Izar: "Isto é calúnia e mentira. Estamos mais interessados, talvez mais que eles, em resolver os problemas da comunidade, sem promover absurdos ou aprovar letra morta. Nossos adversários estão colocando perante a opinião pública que nós somos retrógrados e eles progressistas. Na realidade, ocorre o inverso".

Righi avança na questão: "Não somos um movimento retrógrado. Somos um movimento progressista. Não queremos retroagir nas propostas de natureza social constantes no projeto constitucional. Ao contrário, o que desejamos é moldá-las de forma que sejam viáveis." O deputado paulista exemplifica com a polémica sobre a estabilidade de emprego: "Não somos contra. Recusamos o arremedo de estabilidade que está no projeto e não garante coisa alguma aos trabalhadores. Também não somos contra o turno de seis horas de trabalho, mas não aceitamos sua generalização. Se é bom para uma refinaria de petróleo, não serve para hospitais. Assim, nosso propósito é fazer uma Constituição perene para um Brasil real".



Oswaldo Jurno

Expedito Machado

O deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) considera "o mais fantástico das críticas feitas por grupos de esquerda radicais" o total desconhecimento em relação ao trabalho do Centrão: "Eles não sabem que apoiamos o direito de greve, desde que a paralisação não prejudique os serviços essenciais". O parlamentar pergunta se é errado "diminuir a prepotência do Estado sobre a sociedade, reduzindo a ineficiência da máquina administrativa e criando uma mentalidade de respeito ao contribuinte", como pretende o grupo.

EXPULSAO

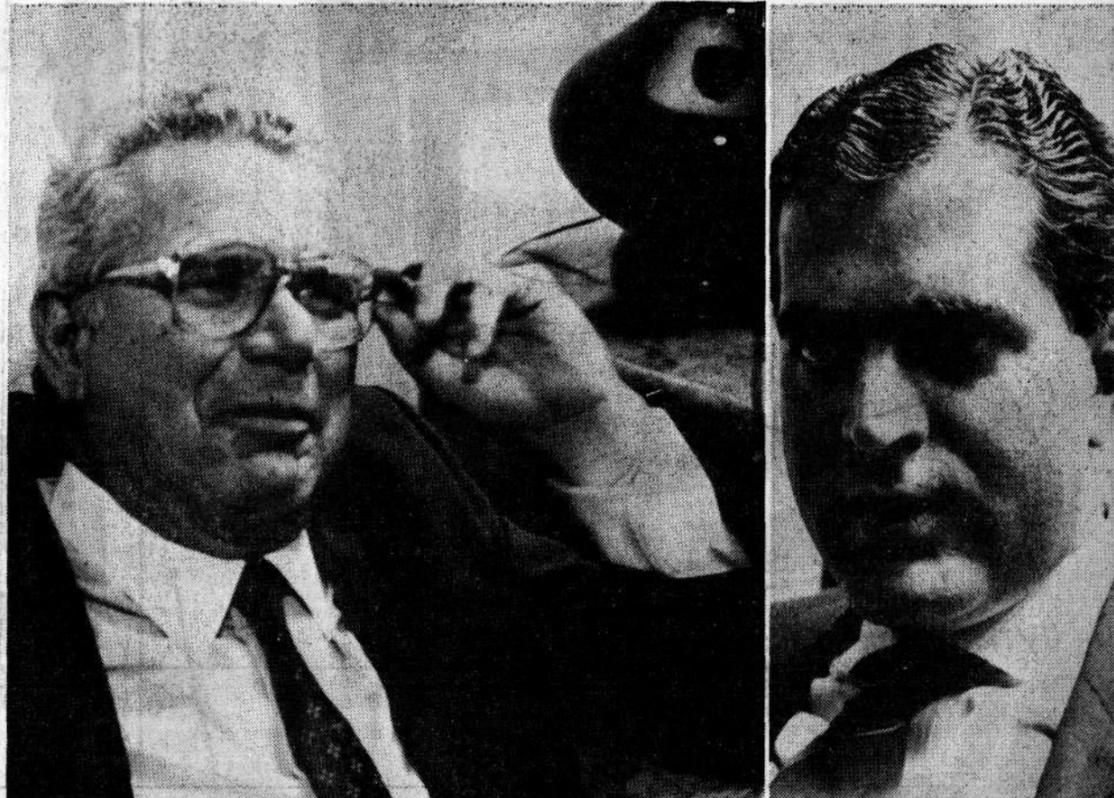
Os integrantes do Centrão são otimistas em relação à publicação da Carta Magna. Para Fiúza, ela deverá estar pronta entre fevereiro e março, enquanto Righi espera o texto em abril, com cerca de 300 artigos. Afif, porém, destaca que a maior dificuldade do grupo no momento é "ultrapassar a atual fase de patrulhamento de grupos totalitários, radicais".

José Geraldo Ribeiro chega a fazer um apelo aos colegas. "Não se impressionem com o movimento de patrulhamento que as esquerdas — derrotadas três vezes em plenário e, por isso, em desespero — tentarão realizar, pelo menos nos próximos 90 dias, decisivos para o destino do País".

O líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) acredita que as ameaças de expulsão do PMDB aos membros do Centrão, lançada nos últimos dias pelos autoproclamados "peemedebistas históricos", façam parte desta campanha de intimidação: "Através da criação de um falso Centrão, estes políticos não pretendem expulsar ninguém do partido, mas criar o clima necessário para os parlamentares mais tímidos, em primeira legislatura ou com o eleitorado não consolidado, se intimidem e deem seu voto ao projeto da Comissão de Sistematização".

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB — SP) afirma que em primeiro lugar é preciso saber qual é o PMDB histórico: "Se é composto por aqueles que, cassados, voltaram à vida pública para vencer o arbítrio e eleger Tancredo Neves, ou aqueles que fizeram sua vida pública à sombra do AI-5? Respeito as posições de esquerda — prossegue —, mas recuso a malandragem eleitoral da dupla militância e desafio a quem quer que seja que distinga, no projeto básico do PMDB, um ponto que tenha sido desobedecido pelos membros do Centrão. O que pretendem estes companheiros? Quebrar a soberania da Constituinte com a fidelidade partidária, depois que este instrumento foi posto de lado pela própria Arena? Ou querem o centralismo usado por Lênin?".

O "Centrinho" também não representa ameaça, segundo Eraldo Tinoco: "Já ouvimos 230 integrantes do grupo e até o final do processo escutaremos a opinião de todos, em um trabalho de ampla participação. O resultado representará o conjunto da opinião do grupo e não tememos que outros movimentos de menor consistência possam atrair integrantes do Centrão. Isto não significa que depois de apresentadas as emendas, dentro de um processo salutar na Constituinte, estejamos avessos à qualquer debate ou negociação política para aprovação daquilo que compreendemos seja o melhor para o País". Afinal, complementa Roberto Cardoso Alves, "desejamos alinhar o País ao lado das nações mais adiantadas do mundo, como Japão, Itália, França, Inglaterra, Alemanha Ocidental e Espanha e não ao lado da Nicarágua, Cuba, Polônia ou Albânia, na hora em que a Rússia e a China revêem seu ortodoxismo".



Cardoso Alves: "Quem é histórico"; Eduardo Magalhães: "Queremos uma Carta moderna".

Oswaldo Jurno

"Falta pouco para atingir o desespero"

RIO
AGÊNCIA ESTADO

"O Brasil vive hoje uma crise de falta de confiança nas instituições, que poderia ser resolvida logo se fosse adotado o sistema parlamentarista de governo", afirmou ontem, no Rio, o senador Afonso Arinos (PFL-RJ). Segundo o ex-presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, o País atravessa um clima de pessimismo e de desesperança, "faltando pouco para atingirmos o desespero". Já as Forças Armadas, na sua opinião, têm plena consciência do "fracasso da sua experiência política durante 20 anos e estão muito cuidadosas quanto à eficácia da sua intervenção", enquanto a Igreja tem uma "posição política radical".

Afonso Arinos disse sentir "o radicalismo social e ideológico da Igreja, com grandes setores assumindo posições iguais àquelas de setores não religiosos", e confessou-se confiante na possibilidade de o sistema parlamentarista ser aprovado pelo plenário da Constituinte. O presidencialismo, segundo o senador — que no passado apoiou esse sistema de governo —, "só deu certo nos Estados Unidos, onde correspondeu às condições daquele país e onde a Suprema Corte funciona como instrumento regulador do poder".

Arinos discordou da opinião de alguns políticos, segundo os quais seria uma frustração para o povo a realização de eleições presidenciais após mais de 20 anos, com um sistema de governo em que o presidente da República já não tenha poder expressivo, no caso de ser aprovado o parlamentarismo: "Não é verdade. O projeto da Sistematização prevê que o presidente da República participará da política externa, será o comandante supremo das Forças Armadas e terá influência no governo", disse, em tom enfático, ao defender o parlamentarismo como forma de governo que melhor corresponde às necessidades nacionais.